



EDITORIAL

É com muita satisfação que apresento o número 58 (Edição de 2021/1) da Revista BARBARÓI, vinculada ao Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A Revista BARBARÓI constitui um espaço editorial das Ciências Humanas e Sociais, das Ciências da Saúde e da Filosofia. Tem compromissos com a reflexão teórica e atualizada de temas de interesse que se cruzam nas áreas da Filosofia, da Psicologia, da Enfermagem, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia e do Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, a BARBAROI promove o debate interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento dos saberes, publicando resultados de pesquisas, ensaios, revisões bibliográficas, relatos de experiências, nas áreas de conhecimento indicadas.

Nesta quinquagésima oitava edição, colaboraram pesquisadores de diferentes áreas de saber. São treze artigos que apresentam análises e reflexões de autores/as vinculados/as às áreas da educação, da psicologia, do serviço social, da enfermagem, da administração e da comunicação social. São abordados temas como, por exemplo, a adolescência, as políticas públicas de aprendizagem voltadas a adolescentes e jovens, a saúde mental, o autismo, o suicídio, o acolhimento do público LGBTQIA+, os movimentos feministas, a religiosidade e as lutas indígenas.

O artigo que abre o número, escrito por **Janaina de Fátima Zdebskyi, Carlos Eduardo Máximo e Ulysses Thiago Batista Pereira**, tem como título *Adolescência e condição de vida na perspectiva das redes sociais de apoio*. Nele, os autores apresentam uma pesquisa, realizada com adolescentes de uma instituição localizada no norte de Santa Catarina, com o objetivo de analisar a importância de diferentes redes sociais nas percepções dos adolescentes acerca de suas condições de vida. Os autores constatam que o espaço escolar tende a ser percebido com uma “função indefinida, pautado na contestação das regras e normas que são impostas, onde

ocorrem brincadeiras e intrigas”; enquanto que as redes de amigos e as redes familiares tem grande importância, a primeira baseada “nos sentimentos de confiança e de lealdade” que instiga, e a segunda pelo sentimento de “proteção”, ainda que seja um espaço onde os adolescentes vivenciam “situações conflituosas, de violência, mortes e separações”.

André Lesina Sacilotto e **Josiane Lieberknecht Wathier Abaid**, no artigo *Autoconceito em adolescentes e suas relações com desempenho escolar e práticas parentais*, colocam em questão as relações entre autoconceito, desempenho escolar e práticas educativas dos pais. A partir de um levantamento realizado numa escola pública, com estudantes do sexto ao nono ano do ensino fundamental, os autores constataam “correlações estabelecidas entre autoconceito e desempenho escolar, desempenho escolar e exigência da mãe, assim como do autoconceito com a responsividade do pai”. Resultados que o levam a concluir acerca da importância da “qualidade da relação familiar e do grupo de amigos no estabelecimento do autoconceito dos adolescentes”.

Em seguida, no artigo *Perspectivas de Adolescentes sobre a Prática de Cuidado dos Irmão: um estudo qualitativo*, **Gabriella Koltermann**, **Meiridiane Domingues de Deus** e **Samara Silva dos Santos** apresentam uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar as “perspectivas de adolescentes sobre a prática de cuidado dos irmãos”. A partir dos resultados da pesquisa, as autoras destacam “a importância das atividades desempenhadas pelos adolescentes no contexto familiar para o sustento da família”. Sob o ponto de vista das percepções dos adolescentes pesquisados acerca das atividades de cuidados dos irmãos que realizam em suas famílias, foram observados aspectos positivos e aspectos negativos. Dentre os positivos, a possibilidade de “transmitir algo de bom aos irmãos”, “os desafios e facilidades na realização de atividades de cuidado com os irmãos menores”, do que resulta um sentimento de “importância no contexto familiar”. Dentre os negativos, a “limitação dos tempos de lazer”, a “rotina estressante” e a “mediação de brigas entre os irmãos menores”. A partir desses resultados, as autoras destacam a importância de estudos que se preocupem com a análise de como essas práticas repercutem na vida de adolescentes.

Ainda que não diretamente, o artigo escrito por **Thaís Ellen Gomes Provenzi** e **Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan**, *Ser aprendiz: os sentidos da juventude na política pública de aprendizagem profissional*, aborda uma temática que se aproxima da temática dos três primeiros artigos: a adolescência. No artigo, as autoras analisam “os sentidos atribuídos ao jovem” na política pública brasileira de aprendizagem profissional. Argumentam que se evidencia um posicionamento do Estado brasileiro em relação ao “ser aprendiz” onde se destaca

“a noção de proteção social” e, portanto, “direcionado ao público alvo da política de assistência social”. Observe-se, nesse sentido, que é o “jovem considerado de risco” que é o principal alvo da política, “que regulamenta o trabalho antes dos 18 anos identificando-o como aprendiz”. Essa representação acerca do jovem aprendiz resulta, segundo as autoras, em políticas públicas “contraditórias e distantes das demandas específicas” dos jovens. Daí a necessidade, convocam as autoras, de uma problematização acerca dos “sentidos da proteção social para o jovem e para a sociedade, bem como os seus efeitos, especialmente na política de aprendizagem profissional, a qual não afeta somente o seu destinatário, mas a toda a sociedade, uma vez que atua na fabricação de um modelo identitário e gesta a existência dos indivíduos objetivando sua conformação”.

Na sequência, um bloco de artigos está dedicado a temas relacionados à saúde, à educação e saúde, à saúde mental, ao suicídio, à invisibilidade do público LGBTQIA+ nos espaços de saúde.

Hércules Rigoni Bossato, Virginia Faria Damasio Dutra, Albert Lengruber de Azevedo, Paula Cristina da Silva Cavalcanti, Cristina Maria Douat Loyola e Rosane Mara Pontes de Oliveira, no artigo *Protagonismo do usuário na assistência em saúde mental: uma pesquisa em base de dados*, analisam a literatura existente sobre o tema “protagonismo do usuário no serviço de saúde mental”. A partir da bibliografia consultada, argumentam que “o protagonismo na área da saúde mental é descrito como uma prática transformadora e humanitária pautada nas necessidades do usuário”. Além disso e com base na pesquisa bibliográfica realizada, destacam que “o Modelo da Maré, as oficinas terapêuticas, o Projeto Terapêutico Singular, o Psicodrama e o teatro são ferramentas que se apresentam essenciais para o protagonismo do usuário na assistência em saúde mental”, na medida em que “demarcam tecnologias e dispositivos de produção que permeiam a autonomia, a valorização e a subjetividade da pessoa assistida”.

No artigo *Implicações do Diagnóstico no Trabalho Pedagógico com Crianças Autistas: sentidos e significados no fazer docente*, **Wilian Gomes da Silva e Simone Regina Sandri Modesti** discutem “as implicações do diagnóstico no trabalho pedagógico com crianças autistas, buscando seus sentidos e significados no fazer docente. A partir de entrevistas realizadas com professoras de escolas localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, os autores concluem que, para as professoras, o laudo médico-psicológico é “fundamental na condução do trabalho, bem como para a disponibilização dos recursos escolares que o aluno tem direito”.

Carolina Antunes, Marcus Levi Lopes Barbosa, Gustavo Roesse Sanfelice, Jacinta Sidegum Renner e Gabriel Feiten, no artigo *Qualidade de vida em sujeitos com lesão medular: uma revisão sistemática*, consideram uma bibliografia produzida sobre a temática entre 2006 e 2019 para discutir a qualidade de vida em pessoas com lesão medular. Os autores destacam que a pesquisa bibliográfica realizada mostrou que “o sujeito com lesão medular avalia sua qualidade de vida como boa e sua saúde de forma geral satisfatória”, ainda que “o domínio físico” seja citado nas pesquisas “como um fator negativo, sendo ele relacionado com a questão da acessibilidade”. Ao final, os autores destacam a importância de mais estudos sobre a temática, inclusive para promover “a melhoria de políticas públicas” voltadas para a questão de acessibilidade e da autonomia de sujeitos que têm lesão medular.

Em *Suicídio e sofrimento social no capitalismo: desemprego e expressões da questão social*, **Fernanda Nunes da Rosa Mangini e Igor Sastro Nunes** destacam que, embora o suicídio seja considerado um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde, “pouco se estuda” sobre a sua relação com a questão social. A partir dessa constatação, os autores propõem uma análise acerca da influência “do capitalismo no adoecimento da classe trabalhadora”, se perguntando “de que forma as expressões da questão social influenciam no desejo de morte do trabalhador”. A argumentação dos autores está construída para uma resposta positiva sobre a pergunta levantada, ou seja, defendem que “as expressões da questão social produzidas pela sociedade capitalista têm forte influência no desejo de morte dos trabalhadores”, do que decorre a necessidade de uma abordagem sobre o suicídio não como um fenômeno de ordem individual, mas enquanto expressão das questões sociais presentes nas sociedades capitalistas.

Fechando esse segundo bloco, **Nizar Amin Shihaded, Elisângela Maia Pessoa, e Fabiane Ferreira da Silva**, no artigo *A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+*, apresentam os resultados de uma pesquisa que investigou “como os serviços de saúde podem (in) visibilizar atendimento ao público LGBTQIA+”. A partir de entrevistas realizadas com integrantes da comunidade LGBTQIA+, os autores argumentam que há evidências de que “cotidianamente ocorrem ações caracterizadas como LGBTQIAfobia” em espaços de saúde, pois, “não raro, no acolhimento perdura questões preconceituosas e de desrespeito à dignidade humana”. Nesse sentido, concluem e defendem, “fica evidente a necessidade de capacitações, diálogos e respeito à legislações que aparam o atendimento em saúde de forma ampliada”.

Um último bloco, constituído por quatro artigos, contempla temas relacionados ao movimento feminista e ao movimento antimanicomial, aos movimentos sociais no Paraguai, à sacralização de objetos religiosos e à presença do audiovisual nas lutas indígenas.

Alessandra Rodrigues Sardeto, Natalia Bazarghi e Daniele Andrade Ferrazza, no artigo *Movimento feminista e antimanicomial: uma análise das lutas por direitos em uma sociedade capitalista-patriarcal*, analisam “possíveis conexões entre o movimento feminista e o movimento antimanicomial”. Através de uma pesquisa bibliográfica realizada, as autoras contextualizam os movimentos sociais indicados, ao mesmo tempo em que discutem “as confluências e divergências entre o movimento feminista e antimanicomial”. Para as autoras, “a sociedade pós-industrial foi se moldando de acordo com uma lógica edificada na estrutura capitalista, patriarcal e machista, que tende a universalizar o humano, excluindo as diferenças”. Em decorrência, “o que não se encaixa nessa ótica é considerado anormal e por isso passa a ser rechaçado e isolado perante a sociedade, sendo justamente a normatização da vida um dos aspectos de contestação dos movimentos sociais que se articulam para garantir direitos sociais e políticos”.

No artigo *Paraguay, ¿el renacer de una utopía contagiosa?*, **Jorge Coronel Prosmán** analisa as mobilizações políticas no Paraguai a partir dos anos 2000, em especial na relação com o governo de Fernando Lugo (2008 – 2012). O autor destaca o protagonismo que as mobilizações sociais alcançaram a partir dos anos 2000, mas, ao mesmo tempo, registra um processo de cooptação das lideranças sociais e políticas durante o governo de Fernando Lugo. Assim, durante aquele governo, enfatiza o autor, os partidos de esquerda e os movimentos sociais apostaram na possibilidade de maior organização e maior conquista de direitos sociais através da “via administrativa”.

Larissa Ruiz Golemba de Britto, Olga Maria Coutinho Pece, Ana Paula Celso de Miranda e Elisabete Camilo, no artigo *O ato de presentear como processo de sacralização: o escapulário como símbolo de amor e proteção*, propõem uma análise de como “acontece o processo de sacralização do Escapulário para católicos”. A partir da pesquisa que foi realizada sobre a temática, as autoras argumentam que, para os devotos católicos, “o local do ‘sagrado’ não está no objeto, mas na pessoa que o presenteou”; nesse sentido, o que “sacraliza não é apenas a religião, mas a relação de afeto com a pessoa que presenteia e que transforma o objeto em símbolo de proteção”.

E, no artigo *Audiovisual indígena Xavante na luta por direitos*, **Gilson Costa e Dolores Galindo** argumentam que o uso do vídeo é uma “arma” nas lutas por direitos indígenas.

Analisando duas peças audiovisuais, nas quais são registrados momentos das lutas indígenas Xavantes, os autores destacam o audiovisual como uma “arma” de registro de memórias, de afirmação de uma identidade de luta, de comemoração pelas conquistas indígenas em suas lutas na defesa de seus direitos.

Ao terminar esse Editorial, quero agradecer a todos autores e todas autoras pela contribuição à Revista BARBARÓI, bem como aos pareceristas e às pareceristas que, sempre de forma generosa, dedicaram tempo em seus trabalhos para a leitura e a avaliação dos artigos. Muito obrigado a todos e a todas.

Aproveito também para registrar um agradecimento especial para a Eduarda Borstmann, que nos últimos três anos foi bolsista da BARBARÓI, realizando um trabalho competente e fundamental para a edição de todos os números da Revista nesse período. Muito obrigado Eduarda.

Por fim, quero fazer um convite, especialmente para a comunidade acadêmica da UNISC e para quem se interessa com a história das Universidades Comunitárias do Sul do Brasil. Ainda neste mês de janeiro será publicado um segundo número especial da BARBARÓI, dedicado ao registro da história do Departamento de Ciências Humanas da UNISC (o primeiro número compreende o primeiro número 54, edição especial, publicado no segundo semestre de 2019). Esse segundo número especial, além de tematizar a importância das ciências humanas na formação universitária, apresentará entrevistas com os três últimos Reitores da UNISC (professores Luiz Augusto Costa e Campis, Vilmar Thomé e Carmem Lúcia de Lima Helfer) e republicará um artigo do primeiro Reitor da UNISC, professor Wilson Kniphoff da Cruz. Trata-se, nesse sentido, de um registro importante da contribuição de cada um desses professores no processo histórico de construção da UNISC, da própria história de construção desta Universidade, de diferentes concepções que foram sendo produzidas na história da UNISC acerca da experiência universitária, em especial as experiências de universidades comunitárias.

Reitero que a BARBARÓI, ainda que vinculada a uma nova unidade acadêmica da UNISC, mantém suas diretrizes de publicação, bem como suas áreas de preferência. Portanto, continuaremos com a editoração de uma Revista comprometida com a socialização de pesquisas, de reflexões, de estudos nas áreas da Filosofia, da Saúde, da Psicologia, do Serviço Social, da Antropologia, da Sociologia, da Ciência Política, do Planejamento Urbano, da Demografia, do Desenvolvimento Regional.

E fica o convite, sempre, para que acompanhem nossas publicações e para que continuem colaborando com nossas propostas de editoração.

Muito obrigado a todos e a todas e uma boa leitura.

Marco André Cadoná
Editor da BARBARÓI